



# A Santa Sé

---

VIAGEM APOSTÓLICA À ESPANHA  
31 DE OUTUBRO - 9 DE NOVEMBRO DE 1982

***DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II***  
***AOS MEMBROS DO CORPO DIPLOMÁTICO***

*Madrid, 2 de Novembro de 1982*

*Excelências*

*Senhoras, Senhores*

1. É para mim motivo de satisfação o facto de que a visita pastoral a esta Nação me ofereça a oportunidade de me encontrar convosco, ilustres membros do Corpo Diplomático que estais investidos de uma tão importante missão neste nobre País.

Vós constituís um Corpo especializado que, no seu conjunto e nas diversas actividades, apresenta a imagem daquela realidade ampla que é a comunidade das Nações. Por isso, ao tributar-vos a homenagem da minha cordial estima, saúdo também cada um dos Países e dos povos dos quais sois os altos representantes.

A vossa é, sem dúvida, uma grande missão. Se é verdade que a diplomacia é a arte de fazer a paz, e por conseguinte a arte de trabalhar pela justiça entre os povos e pelo seu bem comum. Todo o esforço orientado para a vitória da justiça, fortalece de per si a paz, a qual é condição indispensável para o verdadeiro progresso, isto é, para um uso ordenado dos bens da terra. Vós, portanto, participais por profissão na grande obra da paz, da justiça e do bem comum.

2. Sabeis bem, por outra parte, que a Igreja trabalha incessantemente pela consecução de tais objectivos, desde o momento em que o seu ministério está orientado a estabelecer nos corações não só a aspiração, mas a decidida vontade de colaborar com denodo na realização da justiça, de uma fraternidade solidária e de um bem-estar difundido e justamente compartilhado.

No gesto de cortesia manifestado com a vossa presença, creio descobrir um sinal de consideração para com a actividade da Igreja e da Santa Sé em favor da humanidade. É na verdade um serviço de natureza transcendente, mas ao mesmo tempo sumamente concreto, que se insere no contexto vivo da convivência humana.

De facto, diante das actuais crises sociais, económicas e políticas; diante dos dolorosos contrastes entre as Nações e da sociedade do homem em busca de valores e significados autênticos e perenes, a Igreja apresenta as suas verdades, afirmando a superioridade do espírito, sustentando o sentido ético da história e exortando a metas transcendentes.

3. A vossa missão vos coloca diariamente em contacto com a realidade da situação internacional que sempre vos interpela: incumbe-vos o dever de defender os interesses legítimos dos vossos respectivos Países, mas estais conscientes de que tais interesses estão relacionados com os dos outros povos; de que existe uma estreita interdependência que bem podemos chamar planetária.

De facto, os problemas que se apresentam, as causas que constituem a sua base, as soluções que se impõem, adquiriram uma dimensão mundial. Atrever-me-ia a dizer até mesmo que é perigoso para todos e cada um dos Países, situar-se fora de uma tal visão universal articulada.

Esta, por sua vez, exige necessariamente a solidariedade entre os povos, isto é, a cooperação mútua. Como eu disse em Genebra, a 15 de Junho passado, ao dirigir-me à Conferência Internacional do Trabalho: "Para criar um mundo de justiça e de paz, a solidariedade deve destruir os fundamentos do ódio, do egoísmo e da injustiça, erectos demasiadas vezes em princípios ideológicos ou em lei essencial da vida em sociedade" (n. 9).

Como podeis facilmente compreender, a primeira solidariedade requerida é a dirigida à defesa dos valores morais; a ela deverá estar unida a solidariedade ordenada à solução de todos os problemas humanos, entre os quais, obviamente, os de índole económica.

Queria acrescentar: a solidariedade, não só pelos objectivos que a reclamam, mas em si mesma, é um valor ético, uma obrigação moral, segundo a qual cada povo, ao procurar o bem próprio, deve preocupar-se pelo bem de todos os outros. É uma exigência do princípio de interdependência ao qual antes me referi.

4. Por outra parte, a função necessária da ética nas relações internacionais, não pode causar admiração; por detrás de cada Estado e Governo há sempre povos, grupos humanos, e mais concretamente, pessoas revestidas de dignidade espiritual, sujeitos sempre de direitos e deveres inalienáveis. A pessoa humana, com as suas exigências transcendentes e eternas, é critério e medida dos esforços de toda a política também internacional.

A este respeito, parecem-me apropriadas as palavras da Encíclica Redemptor hominis, inseridas

num contexto análogo: "Os direitos do poder civil não podem ser entendidos de outro modo que não seja sobre a base do respeito pelos direitos objectivos e invioláveis do homem" (n. 17). Por outras palavras, o poder dos Estados e as relações internacionais devem ser exercidos de acordo com as normas éticas exigidas pela dignidade dos povos e das pessoas.

Reconhecer, por outro lado, que as pessoas são sujeitos de direitos e de deveres, e de um destino superior, é reconhecer que são actores da própria história e da sua progressiva humanização; que são responsáveis das actividades dirigidas a realizar a vocação da pessoa humana e dar um sentido à existência enquanto existência humana.

5. Excelências, Senhoras e Senhores: se desejei compartilhar convosco estas considerações, vós que sois especialistas no acordo e mestres no diálogo, é porque estou convencido da insubstituível contribuição que sois chamados a dar com o serviço diplomático.

Estes são os votos que faço para vós, chamados a cooperar para o bem dos vossos Países, incrementando ao mesmo tempo o bem de todos os demais: por que saibais aplicar as vossas forças, experiência e talentos em favor da construção de um mundo cada vez mais solidário e humano.

Sobre as vossas pessoas, sobre os vossos nobres propósitos e esforços, sobre as vossas famílias, e finalmente sobre os que confiam no vosso serviço, invoco copiosas bênçãos de Deus Omnipotente.